

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

1. APRESENTAÇÃO

A dinamicidade dos tempos, a velocidade dos acontecimentos e a imprevisibilidade de demandas relacionadas à Governança Corporativa exigem dos profissionais (servidores públicos) que atuam na área de contratações públicas preparo e aptidão, para que diante da realidade diária de gestão pública, tomem decisões em conformidade com as leis e adequadas ao interesse público.

Nesse cenário, é imprescindível o oferecimento de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento para os servidores públicos que manejam os processos de contratações e aquisições no setor público, seja na fase interna (planejamento e gestão da contratação), seja na fase externa (realização da licitação).

Primeiro, porque parcela significativa do orçamento das organizações públicas é destinada ao custeio das contratações e aquisições públicas, sem as quais os órgãos e entidades que integram a Administração Pública não funcionariam. Segundo, porque quem maneja as contratações públicas busca atender ao interesse público, o que lhes exige aptidão, conhecimento, eficiência e eficácia.

No âmbito do Município de Palmeira do Piauí/PI as contratações ficam sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, nesse sentido, à Secretaria Municipal de Administração compete articular, nos aspectos administrativos, a estruturação das contratações, desde o planejamento, licitação e formalização dos instrumentos contratuais.

Após a celebração dos contratos o acompanhamento da execução contratual fica aos cuidados dos fiscais técnicos de contrato.

Nesse contexto, a obrigação de elaborar formalmente Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações.

Preveem, ainda, que as ações voltadas à capacitação devem permitir não só o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, como também habilidades e atitudes desejáveis ao bom desempenho das funções-chave.

Dada a relevância do tema, é primordial que aos servidores ocupantes das referidas funções lhes sejam oportunizadas capacitações constantes para instrução e aperfeiçoamento.

Além disso, há uma necessidade emergente de adaptação no processo de gestão de contratações à nova Lei de Licitações, a Lei n. 14.133/2021. Trata-se de norma que modifica significativamente as formas e os trâmites processuais relacionados às contratações públicas.

Não obstante, além da necessidade de atualização relacionada a legislação, sugere-se também a introdução de conceitos relacionados a Gestão de Riscos e Sustentabilidade nas contratações, uma vez que os temas são de atual relevância e também englobam as orientações constantes na resolução supracitada.

Isto posto, a Prefeitura Municipal propõe a implantação deste Plano para que todos os envolvidos no processo de gestão das contratações tenham suas competências desenvolvidas por meio de capacitações internas e externas, ministradas

periodicamente, conforme calendário anual.

2. JUSTIFICATIVA

O processo de capacitação e desenvolvimento de talentos é prática comum à Administração Pública e aos entes a ela relacionados. Sua aplicação e recursos investidos é justificada pela necessidade constante de aprimoramento de processos e maximização de resultados. eventos para capacitação dos agentes envolvidos nas funções-chave da gestão de contratações, por meio de instrutorias internas e externas, que objetivam capacitar os servidores envolvidos nos processos de contratações e estabelecer uma política de compartilhamento de conhecimentos a acontecer periodicamente.

3. OBJETIVOS

Objetivo geral

Apresentar e estruturar programa permanente de capacitação em licitações públicas, gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí/PI.

Objetivos específicos

- a) Estabelecer programa de capacitação continuada em licitações públicas, gestão, fiscalização de contratos e gestão de riscos;
- b) Propor grade de capacitações cíclicas por área de atuação e níveis de responsabilidade dos servidores;
- c) Estabelecer política de compartilhamento de conhecimentos em eventos periódicos.

4. REFERENCIAL

I - Necessidade de um programa estruturado

Embora já haja uma política de capacitações no Tribunal de Contas do Estado do Piauí, deseja-se através deste instrumento estimulador as ações de capacitação e disseminação de conhecimentos, por meio de ações de compartilhamento de informações.

Através de um programa devidamente estruturado de capacitação é possível criar um ciclo de instrução e compartilhamento de conhecimentos, levando os servidores envolvidos no processo a se manterem atualizados e aptos a realizarem melhorias constantes nos processos de contratações públicas.

II - Responsabilização de gestores e fiscais de contratos por falhas no cumprimento da obrigação

No tocante à responsabilização de gestores e fiscais de contratos por falhas no cumprimento da obrigação, vale destacar:

A negligência de fiscal da Administração na fiscalização de obra ou acompanhamento de contrato atrai para si a responsabilidade por eventuais danos

que poderiam ter sido evitados, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.443/92. **[Acórdão 859/2006 – TCU – Plenário]**

Ao atestar notas fiscais concernentes a serviços comprovadamente não prestados, o agente administrativo [...] tornou-se responsável pelo dano sofrido pelo erário e, consequentemente, assumiu a obrigação de ressarcir-lo [...] **[Acórdão 2512/2009 – TCU – Plenário]**

A gama de atividades do fiscal de contratos tem potencial para causar dano ao erário, podendo ele vir a responder civil, penal e administrativamente e por ato de improbidade administrativa, estando ainda sujeito às sanções dos Tribunais de Contas. Por tudo quanto exposto, fica patente a necessidade de se dar mais atenção à atividade de fiscal de contratos, destacando para esse labor servidor que detenha capacidade técnica para verificar o cumprimento do objeto pactuado, disponibilizando-lhe tempo suficiente para que possa exercer a atividade de fiscal de contrato público. (COSTA, 2013).

Em vista das responsabilidades inerentes à atuação nesses encargos, os gestores e fiscais de contratos demandam capacitação permanente, tanto para a proteção do interesse público quanto para a preservação dos seus próprios interesses.

III - Cautelas e responsabilidades do ordenador de despesas em relação aos gestores e fiscais de contratos

Cita-se que as autoridades competentes para designação de gestores e fiscais de contratos também têm a responsabilidade de vigiar, controlar e apoiar seus subordinados, buscando os meios necessários para a efetividade das ações e o presente documento propõe um programa contínuo de capacitação, que considere as competências iniciais indispensáveis a quem vier a atuar como gestor ou fiscal de contrato, bem como as necessidades específicas, a depender da complexidade inerente à atuação em cada caso e o contínuo aprimoramento.

5. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

O quadro a seguir elenca as ações de capacitação previstas para o exercício de 2025, que têm como meta geral capacitar pelo menos 30% dos servidores envolvidos na abertura, acompanhamento e gestão de contratações na Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí/PI:

CAPACITAÇÕES E EVENTOS

CAPACITAÇÃO: Planejamento das Contratações Públicas

Descrição: A importância do planejamento como etapa essencial para o sucesso das contratações, a legislação aplicável, os documentos e etapas envolvidas no planejamento, como o Plano Anual de Contratações (PAC), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), além de aspectos práticos e ferramentas para otimizar a gestão das contratações

CAPACITAÇÃO: Gestão e Fiscalização de Contratos segundo a Lei 14.133/2021, com foco na Gestão de Riscos.

Descrição: O curso deverá abordar os aspectos necessários para que se faça a fiscalização de contratos públicos de forma eficiente e em conformidade com a legislação de licitações e contratos. Deverá, ainda, apresentar estratégias de implementação da gestão de riscos, passo a passo, conciliando teoria e prática da gestão de riscos aplicada ao processo de contratação pública em todas as fases (planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão contratual), disponibilizando modelo de matriz e mapa de risco, instrumentos, mecanismos e ferramentas para que os servidores possam identificar/tratar os riscos e tomar decisões com segurança em suas aquisições, mitigando os riscos e evitando responsabilizações.

CAPACITAÇÃO: Governança e Integridade das Contratações

Descrição: O curso visa auxiliar os gestores por meio de um diálogo avançado sobre conceitos envolvidos com a governança em contratações, principais fatores a serem observados, e pontos mais problemáticos e de maior dificuldade por parte dos gestores.

CAPACITAÇÃO: Ciclo de Oficinas/Reuniões internas de Gestão em Contratações Públicas

Descrição: Elaboração de oficinas/reuniões, com foco em compartilhamento de conhecimentos, *com instrutores internos*, para disseminação de boas práticas na abertura e tramitação de processos de compra e gestão de contratos, com o objetivo de capacitar o público interno da Prefeitura Municipal, envolvido forma direta ou indireta nos processos de contratação de bens e serviços.

As oficinas/reuniões abrangerão as temáticas de planejamento da contratação, fases interna e externa das licitações e gestão de contratos.

CAPACITAÇÃO: Sistemas Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Descrição: A importância de alimentar os sistemas Contratos Web e Licitações Web do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) abrangem diversas áreas, com foco na qualificação de servidores e gestores públicos.

CAPACITAÇÃO: Plano anual de Contratações

Descrição: Aspectos essenciais para o planejamento e gestão de contratações públicas, com foco na Lei nº 14.133/2021 e no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC). O curso visa capacitar os participantes na elaboração, execução e acompanhamento do PCA, visando a otimização das contratações, a transparência e o alinhamento com o planejamento estratégico e orçamento da organização.

CAPACITAÇÃO: Setor Unificado de Compras

Descrição: Propiciar aos participantes a construção de conhecimentos, metodologias, experiências e procedimentos no que diz respeito às compras públicas, de modo que lhes possibilitem planejar suas aquisições, mitigando os riscos e garantindo maior eficiência à

Prefeitura nas contratações de bens e serviços comuns.

CAPACITAÇÃO: Elaboração de Termos de Referência

Descrição: Neste curso, você conhecerá os procedimentos detalhados do processo administrativo para a elaboração de termos de referência para a contratação de bens e serviços, de acordo com as atualizações da Nova Lei de Licitações e demais normas gerais correlatas e referenciais de conduta e de boas práticas. Trata-se de curso desenvolvido em 2020 pela Enap, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais (PDGO), e atualizado em 2023, conforme a Lei 14.133/2021. Plataforma ENAP.

CAPACITAÇÃO: Contratações Diretas

Descrição: Neste curso, você conhecerá um recorte da Nova Lei de Licitações (NLLC) que apresenta o conteúdo das contratações diretas com destaque para as mudanças ocorridas em relação à Lei nº 8.666/1993. Além disso, você conhecerá também os tipos de contratações diretas, como a inexigibilidade e a dispensa de licitação, de que maneira ocorre o seu planejamento e as principais providências para sua instrução processual. Inscreva-se para saber mais. Plataforma ENAP.

CAPACITAÇÃO: Sanções ao Fornecedor

Descrição: A Lei nº 14.133/2021 trouxe muitas novidades. Este curso traz um panorama sobre as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com ênfase nas Sanções ao Fornecedor. Cabe lembrar que os assuntos que se referirem à Lei nº 8.666/93 continuarão válidos até 1º de abril de 2023, data em que a Lei nº 8.666/93 será completamente revogada pela Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21). Plataforma ENAP.

CAPACITAÇÃO: Gestão Contratual

Descrição: A Lei nº 14.133/2021 trouxe muitas novidades. Este curso traz um panorama sobre as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com ênfase na Gestão Contratual. Cabe lembrar que os assuntos que se referirem à Lei nº 8.666/93 continuarão válidos até 1º de abril de 2023, data em que a Lei nº 8.666/93 será completamente revogada pela Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) Plataforma ENAP.

CAPACITAÇÃO: Gestão e Fiscalização de Contratos

Descrição: O curso, sob o enfoque da Lei nº 14.133/21, tem como objetivo capacitar servidores públicos, em especial aqueles que atuam na área compras, licitações e contratações de obras e serviços, tendo por base a legislação estruturante e a vigente, bem como exemplos de sua aplicação. Plataforma ENAP.